

Boletim do Trabalho e Emprego

4

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Trabalho e Segurança Social

Preço 24\$00

BOL. TRAB. EMP.

LISBOA

VOL. 51

N.º 4

P. 125-148

29 - JANEIRO - 1984

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Portarias de extensão:

	Pág.
— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e a FE-TESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros	127
— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e a Feder. Nacional dos Professores e outros	128
— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e a Feder. Nacional dos Sind. dos Professores	128
— PE do ACT entre a LUSALITE — Sociedade Portuguesa de Fibrocimento, S. A. R. L., e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros	129
— Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. Nacional das Ind. de Vestuário e Confecção e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços	130
— Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Vestuário e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços	130
— Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Panificação de Lisboa e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços	130
— Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Panificação de Lisboa e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços	131
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte e outra e o Sind. dos Técnicos de Vendas	131
— Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Moagem e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços e outra	131
— Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. dos Industriais de Moagem e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outra	132

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a Assoc. dos Comerciantes do Porto e outras e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio do Dist. do Porto e outros (relojoaria — sector de reparação) — Alteração salarial	132
— CCT entre a Assoc. dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte e outra e o Sind. dos Técnicos de Vendas — Alteração salarial e outras	133
— CCT para cantinas, refeitórios e fábricas de refeições entre a Assoc. dos Restaurantes e Similares do Centro e Sul de Portugal e várias empresas e a Feder. dos Sind. da Ind. de Hotelaria e Turismo de Portugal e outros — Alteração salarial e outras	134
— CCT entre a Assoc. Portuguesa das Ind. Gráficas e Transformadoras do Papel e o SINDEGRAF — Sind. Democrático dos Gráficos e Afins e outro — Alteração salarial	137
— CCT entre a ANCIPA — Assoc. Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria) e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório do Dist. do Porto e outro — Alteração salarial	143

— CCT entre a Assoc. dos Industriais de Panificação do Norte e outra e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial	144
— CCT entre a Assoc. dos Industriais de Moagem e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outra — Alteração salarial	145
— CCT entre a Assoc. dos Industriais de Moagem e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços e outra — Alteração salarial	146
— ACT entre a SECIL-BETÃO — Indústria de Betão, S. A. R. L., e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e outros (alteração salarial e outras) — Integração em níveis de qualificação	147
— CCT entre a ACAP — Assoc. do Comércio Automóvel de Portugal e outras e a Feder. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e outros — Constituição da comissão paritária	148

SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações ao CCT entre a Assoc. de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros.

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 35, de 22 de Setembro de 1983, foi publicada a CCT (alteração salarial e outras) celebrada entre a Associação de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outras associações sindicais.

Considerando que o mencionado instrumento de regulamentação colectiva de trabalho apenas se aplica às relações de trabalho tituladas por entidades patronais e trabalhadores das profissões e categorias profissionais naquele previstas, umas e outros filiados nas associações outorgantes;

Considerando a existência, no sector, de entidades patronais não filiadas na associação signatária que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas na convenção colectiva de trabalho inscritos nos sindicatos outorgantes ou sem filiação sindical;

Considerando a existência, no sector, de entidades patronais filiadas na associação patronal signatária que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas não inscritos nos sindicatos outorgantes ou noutros representativos dos trabalhadores do sector;

Considerando, ainda, a necessidade de uniformizar as condições de trabalho no sector do ensino particular e cooperativo;

Considerando, finalmente, a posição do Governo Regional da Madeira e do Governo Regional dos Açores;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação do aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 39, de 22 de Outubro de 1983, ao qual não foi deduzida oposição:

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelo Ministro do

Trabalho e Segurança Social e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições constantes da CCT (alteração salarial e outras) celebrada entre a Associação de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outras associações sindicais, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 35, de 22 de Setembro de 1983, são tornadas extensivas às entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que na área de aplicação da convenção colectiva de trabalho exerçam a sua actividade em estabelecimentos de ensino particular e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais naquele previstas inscritos nos sindicatos signatários ou sem filiação sindical, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não filiados nos sindicatos outorgantes ou noutros representativos de trabalhadores do sector ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal signatária que, na área da convenção, exerçam a actividade por esta abrangida.

2 — Ficam ressalvadas da presente extensão as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria, no continente, entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Outubro de 1983.

2 — A entrada em vigor e a eficácia da presente portaria na Região Autónoma dos Açores será determinada por despacho do respectivo Governo Regional, a publicar no *Jornal Oficial da Região*.

Ministérios do Trabalho e Segurança Social e da Educação, 16 de Janeiro de 1984. — O Ministro do Trabalho e Segurança Social, *Amândio Anes de Azevedo*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação, *António Almeida Costa*.

**PE das alterações ao CCT entre a Assoc. de Representantes de Estabelecimentos
de Ensino Particular e a Feder. Nacional dos Professores e outros**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1983, foi publicada a CCT (alteração salarial e outras) celebrada entre a Associação de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) e a Federação Nacional dos Professores e outras associações sindicais.

Considerando que o mencionado instrumento de regulamentação colectiva de trabalho apenas se aplica às relações de trabalho tituladas por entidades patronais e trabalhadores das profissões e categorias profissionais naquele previstas, umas e outros filiados nas associações outorgantes;

Considerando a existência, no sector, de entidades patronais não filiadas na associação outorgante que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas na convenção colectiva de trabalho inscritos nos sindicatos outorgantes ou sem filiação sindical;

Considerando a existência, no sector, de entidades patronais filiadas na associação patronal signatária que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas não inscritos nos sindicatos outorgantes ou noutros representativos dos trabalhadores do sector;

Considerando, ainda, a necessidade de uniformizar as condições de trabalho no sector do ensino particular e cooperativo;

Considerando, finalmente, a posição do Governo Regional da Madeira e do Governo Regional dos Açores;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação do aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 39, de 22 de Outubro de 1983, ao qual não foi deduzida oposição:

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelo Ministro do

Trabalho e Segurança Social e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições constantes da CCT (alteração salarial e outras) celebrada entre a Associação de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) e a Federação Nacional dos Professores e outras associações sindicais, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1983, são tornadas extensivas às entidades patronais não filiadas na associação patronal signatária que na área de aplicação da convenção colectiva de trabalho exerçam a sua actividade em estabelecimentos de ensino particular e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais naquele previstas inscritos nos sindicatos outorgantes ou sem filiação sindical, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não filiados nos sindicatos outorgantes ou noutros representativos de trabalhadores do sector ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal signatária que, na área da convenção, exerçam a actividade por esta abrangida.

2 — Ficam ressalvadas da presente extensão as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria, no continente, entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Outubro de 1983.

2 — A entrada em vigor e a eficácia da presente portaria nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, serão determinadas por despacho dos respectivos Governos Regionais, a publicar no *Jornal Oficial das Regiões*.

Ministérios do Trabalho e Segurança Social e da Educação, 16 de Janeiro de 1984. — O Ministro do Trabalho e Segurança Social, *Amândio Anes de Azevedo*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação, *António Almeida Costa*.

**PE das alterações ao CCT entre a Assoc. de Representantes de Estabelecimentos
de Ensino Particular e a Feder. Nacional dos Sind. dos Professores**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 39, de 22 de Outubro de 1983, foi publicada a CCT (alteração salarial e outras) celebrada entre a Associação de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) e a Federação Nacional dos Sindicatos de Professores.

Considerando que o mencionado instrumento de regulamentação colectiva de trabalho apenas se aplica

às relações de trabalho tituladas por entidades patronais e trabalhadores das profissões e categorias profissionais naquele previstas, umas e outros filiados na associação patronal outorgante e nos sindicatos representados pela federação signatária;

Considerando a existência, no sector, de entidades patronais não filiadas na associação outorgante que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e ca-

tegorias profissionais previstas na convenção colectiva de trabalhadores inscritos nos sindicatos representados pela federação signatária ou sem filiação sindical;

Considerando a existência, no sector, de entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas não inscritos nos sindicatos representados pela citada federação ou outros representativos dos trabalhadores do sector;

Considerando, ainda, a necessidade de uniformizar as condições de trabalho no sector do ensino particular e cooperativo;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação do aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 39, de 22 de Outubro de 1983, ao qual não foi deduzida oposição:

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelo Ministro do Trabalho e Segurança Social e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições constantes da CCT (alteração salarial e outras) celebrada entre a Associação de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) e a Federação Nacional dos Sindicatos

de Professores, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 39, de 22 de Outubro de 1983, são tornadas extensivas às entidades patronais filiadas na associação patronal signatária que na área de aplicação da convenção colectiva de trabalho exercam a sua actividade em estabelecimentos de ensino particular e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais naquele previstas inscritos nos sindicatos representados pela federação signatária ou sem filiação sindical, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não filiados nos sindicatos representados pela citada federação ou outros representativos de trabalhadores do sector, ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante que, na área da convenção, exercam a actividade por esta abrangida.

2 — Ficam ressalvadas da presente extensão as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

Artigo 2.º

A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Outubro de 1983.

Ministérios do Trabalho e Segurança Social e da Educação, 16 de Janeiro de 1984. — O Ministro do Trabalho e Segurança Social, *Amândio Anes de Azevedo*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação, *António Almeida Costa*.

PE do ACT entre a LUSALITE — Sociedade Portuguesa de Fibrocimento, S. A. R. L., e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 36, de 29 de Setembro de 1983, foi publicada uma convenção colectiva de trabalho celebrada entre a LUSALITE — Sociedade Portuguesa de Fibrocimento, S. A. R. L., e outras e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros para o sector de fibrocimento.

Considerando que ficam apenas abrangidas pela convenção referida as empresas que as subscreveram e os trabalhadores ao seu serviço inscritos nas associações sindicais outorgantes;

Considerando a existência de empresas do sector de actividade regulado não signatárias da convenção que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais nela previstas bem como de trabalhadores não inscritos nas associações sindicais outorgantes que se encontram ao serviço das empresas signatárias da convenção;

Considerando a necessidade de alcançar a uniformização legalmente possível das condições de trabalho dos profissionais de escritório e técnicos de vendas ao serviço da indústria de fibrocimento;

Considerando a falta de enquadramento associativo daquele sector de actividade;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela

publicação de aviso para PE no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 36, de 29 de Setembro de 1983, ao qual não foi deduzida qualquer oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Secretários de Estado da Indústria e do Trabalho o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes do ACT entre a LUSALITE — Sociedade Portuguesa de Fibrocimento, S. A. R. L., e outras e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 36, de 29 de Setembro de 1983, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais que não tendo outorgado a convenção exercam no território do continente a actividade económica por ela abrangida (indústria de fibrocimento) e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas bem como aos trabalhadores não inscritos nas associações sindicais signatárias que se encontrem ao serviço das empresas outorgantes da convenção.

2 — Não são objecto de extensão as cláusulas de convenção que violem disposições legais imperativas.

Artigo 2.º

A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produzirá efeitos desde 1 de Outubro de 1983,

podendo os encargos resultantes da retroactividade ser satisfeitos em prestações mensais até ao limite de 2.

Ministérios do Trabalho e Segurança Social e da Indústria e Energia, 30 de Novembro de 1983. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Custódio de Almeida Simões*. — O Secretário de Estado da Indústria, *João Nuno Boulain de Carvalho Carreira*.

Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. Nacional das Ind. de Vestuário e Confecção e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a emissão de uma PE do CCT celebrado entre a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção e a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 41, de 8 de Novembro de 1983, por forma a torná-lo aplicável às relações de trabalho existentes na área por ele abrangida entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que prossigam a actividade regulada e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias previstas na convenção, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias não representados pela organização sindical outorgante ao serviço de entidades patronais já abrangidas pela convenção.

Nos termos do n.º 6 do citado artigo 29.º, os interessados no presente processo de extensão podem deduzir oposição fundamentada do âmbito fixado neste aviso nos 15 dias seguintes ao da sua publicação.

Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Vestuário e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a emissão de uma PE do CCT celebrado entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Vestuário e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 44, de 29 de Novembro de 1983, por forma a torná-lo aplicável às relações de trabalho existentes na sua área entre entidades patronais que prossigam a actividade económica regulada não filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias previstas, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias não representados pela organização sindical outorgante ao serviço de entidades patronais já abrangidas pela convenção.

Nos termos do n.º 6 do citado artigo 29.º, os interessados no presente processo de extensão podem deduzir oposição fundamentada do âmbito previsto neste aviso nos 15 dias subsequentes ao da sua publicação.

Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Panificação de Lisboa e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual emissão de uma PE da alteração salarial do CCT mencionado em epígrafe, publicada no *Boletim de Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 48, de 29 de Dezembro de 1983.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceitos e diploma, tornará a alteração convencional extensiva a todas as entidades patronais que, não estando inscritas nas associações patronais outorgantes, exerçam nos distritos de Leiria, Lisboa, Santarém, Setúbal, Évora, Portalegre, Beja e Faro a actividade económica por ela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço de entidades patronais inscritas nas associações patronais signatárias não filiados na associação sindical outorgante.

Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Panificação de Lisboa e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual emissão de uma PE da alteração salarial do CCT mencionado em epígrafe, publicada no *Boletim de Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 40, de 29 de Outubro de 1983.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceitos e diploma, tornará a alteração convencional extensiva a todas as entidades patronais que, não estando inscritas nas associações patronais outorgantes, exerçam nos distritos de Leiria, Lisboa, Santarém, Setúbal, Évora, Portalegre, Beja e Faro a actividade económica por ela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço de entidades patronais inscritas nas associações patronais signatárias não filiados na associação sindical outorgante.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte e outra e o Sind. dos Técnicos de Vendas

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual extensão das alterações ao CCT entre a Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte e outra e o Sindicato dos Técnicos de Vendas, nesta data publicadas, nas áreas da sua aplicação, a todas as entidades patronais do mesmo sector económico que, não se encontrando inscritas nas associações patronais outorgantes, exerçam a sua actividade na área fixada na convenção e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias nela previstas, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias não filiados no sindicato outorgante ao serviço de entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes.

Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Moagem e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços e outra

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nestes serviços a eventual emissão de uma PE do CCT mencionado em título, nesta data publicado.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceitos e diploma, tornará a convenção extensiva:

- a) A todas as entidades patronais do mesmo sector económico que, não estando filiadas nas associações patronais outorgantes da convenção, exerçam a sua actividade na área nela estabelecida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela referidas;
- b) Aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço das entidades patronais abrangidas pela aludida convenção não filiados nas associações sindicais signatárias.

Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. dos Industriais de Moagem e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outra

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE do CCT mencionado neste título, nesta data publicado.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceitos e diploma, tornará a convenção extensiva:

- a) A todas as entidades patronais do mesmo sector económico que, não estando filiadas nas associações patronais outorgantes da convenção, exerçam a sua actividade na área nela estabelecida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela referidas;
- b) Aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço das entidades patronais abrangidas pela aludida convenção não filiados nas associações sindicais signatárias.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a Assoc. dos Comerciantes do Porto e outras e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio do Dist. do Porto e outros (relojoaria — sector de reparação) — Alteração salarial

Cláusula 1.^a

1 — O presente contrato aplica-se às relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre as entidades patronais que exerçam a actividade de relojoaria (reparação) representadas pelas associações patronais outorgantes e os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — O disposto no número anterior aplica-se a todas as entidades patronais que tenham ao seu serviço trabalhadores das categorias previstas neste contrato.

3 — As partes outorgantes obrigam-se a requerer em conjunto ao Ministério do Trabalho, no momento da entrega deste contrato para depósito e publicação, a sua extensão, por portaria, a todas as empresas e trabalhadores eventualmente não inscritos que reúnam as condições necessárias para a sua inscrição.

Cláusula 2.^a

1 — A tabela salarial (anexo v) produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 1983.

2 — A presente convenção vigorará até 31 de Julho de 1984, conforme o preceituado na cláusula 3.^a

Cláusula 3.^a

Os trabalhadores abrangidos pelo presente contrato serão integrados no CCTV para o comércio retalhista e serviços para o distrito do Porto a partir de 31 de Julho de 1984, nos termos que vierem a ser acordados no decurso do processo de revisão daquela convenção.

ANEXO V

Tabela salarial

Oficial principal	22 500\$00
Oficial de 1. ^a classe	21 100\$00
Oficial de 2. ^a classe	19 500\$00
Oficial de 3. ^a classe	18 000\$00
Pré-oficial	15 100\$00
Aprendiz do 4. ^o ano	10 500\$00
Aprendiz do 3. ^o ano	8 880\$00
Aprendiz do 2. ^o ano	8 100\$00
Aprendiz do 1. ^o ano	7 500\$00

NOTAS

1 — a) O subsídio respeitante ao direito a férias vencido em 1 de Janeiro de 1983 será pago pelos valores de retribuição vigentes a partir de 1 de Agosto de 1983.

b) Aos trabalhadores que já tenham recebido o subsídio de férias entre 1 de Janeiro de 1983 e 31 de Julho de 1983 serão pagas as diferenças entre os valores da tabela salarial vigente a partir de 1 de Agosto de 1983 e os valores da anterior tabela.

2 — Mantêm-se em vigor as disposições constantes dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho vigentes nesta data e que não foram objecto da presente revisão.

Porto, 31 de Julho de 1983.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto:

Orlando Elias Cardoso.

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços:

Orlando Elias Cardoso.

Pela Associação dos Comerciantes do Porto:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação Comercial de Viseu:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação Comercial e Industrial de Coimbra:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação Comercial da Guarda:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Sertã, Proença-a-Nova, Vila de Rei e Oleiros:

(Assinaturas ilegíveis.)

Acta adicional

As partes outorgantes da revisão do CCT para a relojoaria (sector de reparação), cujo texto foi enviado à Direcção-Geral do Trabalho em 2 de Novembro de 1983, para efeitos de depósito e publicação, declaram que a categoria de indeferenciado é, para todos os efeitos, eliminada.

A presente acta faz parte integrante do CCT.
Porto, 9 de Dezembro de 1983.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto:

Orlando Elias Cardoso.

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços:

Orlando Elias Cardoso.

Pela Associação dos Comerciantes do Porto:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação Comercial de Viseu:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação Comercial e Industrial de Coimbra:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação Comercial da Guarda:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Sertã, Proença-a-Nova, Vila de Rei e Oleiros:

(Assinaturas ilegíveis.)

Depositado em 12 de Janeiro de 1984, a fl. 125 do livro n.º 3, com o n.º 20/84, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

CCT entre a Assoc. dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte e outra e o Sind. dos Técnicos de Vendas — Alteração salarial e outras

Cláusula única

(Âmbito da revisão)

A presente revisão, com área e âmbito definidos no CCT entre a Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte e outra e o Sindicato dos Técnicos de Vendas, publicado nos *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 48, de 29 de Dezembro de 1980, 4, de 29 de Janeiro de 1982, e 4, de 29 de Janeiro de 1983, dá nova redacção às seguintes cláusulas:

Cláusula 18.ª

(Diuturnidades)

4 — Os vendedores, viajantes ou praticistas só terão direito a diuturnidades desde que auferiram um vencimento médio igual ou inferior a 33 000\$.

Cláusula 34.ª

(Seguros)

Para além do seguro previsto na cláusula 19.ª, a todos os trabalhadores que predominantemente prestem serviço no exterior a entidade patronal fará obrigatoriamente um seguro de acidentes pessoais, de montante nunca inferior a 2 000 000\$, pelo período de 24 horas em que o serviço decorra, o qual reverterá a favor da(s) pessoa(s) indicada(s) pelo profissional.

Cláusula 45.ª

(Produção de efeitos)

As tabelas salariais produzirão efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1984.

ANEXO II

Tabela salarial

Níveis	Categorias profissionais	Remuneração mensal mínima
I	Chefe de vendas	34 000\$00
II	Inspector de vendas	32 500\$00
III	Vendedor (viajante ou praticista)	31 850\$00
IV	Demonstrador	15 000\$00

Porto, 7 de Dezembro de 1983.

Pela Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação dos Industriais de Ourivesaria do Sul:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Depositado em 12 de Janeiro de 1984, a fl. 125 do livro n.º 3, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

CCT para cantinas, refeitórios e fábricas de refeições entre a Assoc. dos Restaurantes e Similares do Centro e Sul de Portugal e várias empresas e a Feder. dos Sind. da Ind. de Hotelaria e Turismo de Portugal e outros — Alteração salarial e outras.

Cláusula 1.^a

(Âmbito)

1 — O presente acordo colectivo de trabalho obriga, por um lado, as empresas suas outorgantes e, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço filiados nas associações sindicais representadas na outorga ou outorgantes.

2 — O presente acordo obriga ainda as empresas que, representadas pela associação patronal outorgante, exerçam a actividade de exploração de refeitórios e cantinas e ainda o fabrico de refeições, bem como, por outro lado, os respectivos trabalhadores representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.^a

(Área)

A área de aplicação da presente convenção define-se pela área territorial da República Portuguesa.

Cláusula 3.^a

(Vigência e revisão)

1 — O presente ACT entra em vigor em 1 de Janeiro de 1984 e vigorará pelo prazo de 12 meses, contados a partir daquela data.

2 — Poderá ser denunciado decorridos 9 meses sobre a data referida no número anterior.

3 — A denúncia, para ser válida, será feita por carta registada com aviso de recepção, remetida às contrapartes, e será acompanhada obrigatoriamente de proposta de revisão.

4 — As contrapartes enviarão obrigatoriamente uma contraproposta única às partes denunciantes até 30 dias após a recepção da proposta.

5 — As partes denunciantes poderão dispor de 10 dias para examinar a contraproposta.

6 — As negociações iniciar-se-ão, sem qualquer dilacção, no primeiro dia útil após o termo dos prazos referidos nos números anteriores.

7 — As negociações durarão 20 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 10, mediante acordo das partes.

8 — Presume-se, sem possibilidade de prova em contrário, que as partes que não apresentem contraproposta aceitam o proposto.

9 — Porém, haver-se-á como contraproposta a declaração expressa da vontade de negociar.

10 — Da proposta e contraproposta serão enviadas cópias ao Ministério do Trabalho.

Cláusula 4.^a

(Remunerações pecuniárias de base)

Aos trabalhadores abrangidos por esta convenção são garantidas as remunerações mínimas pecuniárias de base constantes do anexo I.

Cláusula 5.^a

(Garantia da anualidade da revisão dos salários)

As partes contratantes acordam reciprocamente em garantir que, no futuro, as revisões salariais e das cláusulas de expressão pecuniária entrarão sempre em vigor no dia 1 de Janeiro de cada ano civil.

Cláusula 6.^a

(Garantia de aumento mínimo)

1 — A todos os trabalhadores abrangidos por esta convenção é garantido o aumento mínimo constante das alíneas seguintes, se da tabela salarial do anexo I lhes resultar um aumento percentualmente inferior ou não resultar qualquer aumento:

- a) Aos trabalhadores cuja última alteração/actualização salarial de base foi feita ou se reportou à data de 1 de Janeiro de 1983 o aumento mínimo garantido é de 17% sobre a respectiva remuneração pecuniária de base;
- b) Aos trabalhadores cuja última alteração/actualização foi feita ou se reportou a data posterior a 1 de Janeiro de 1983 o aumento mínimo garantido é de 15% sobre a respectiva remuneração pecuniária de base;
- c) Relativamente aos trabalhadores cuja remuneração pecuniária de base efectiva tenha sido acrescida após 1 de Setembro de 1983, o aumento mínimo garantido de 15% referido na alínea anterior será calculado com base na remuneração recebida em 31 de Julho de 1983.

2 — Porém, por força do número anterior desta cláusula, não poderá qualquer trabalhador vir a receber um aumento salarial na sua remuneração pecuniária de base superior à diferença entre as remunerações mínimas estabelecidas para a sua categoria profissional nesta convenção e na anterior.

Cláusula 7.^a

(Subsídio de alimentação)

1 — No caso dos trabalhadores que prestam serviço fora do local de confecção ou consumo das refeições, a alimentação será substituída por um equivalente pecuniário mensal de 4 500\$, salvo se os mesmos, sem infringirem o seu horário de trabalho, preferirem deslocar-se a um estabelecimento da entidade patronal.

2 — As empresas podem satisfazer o valor do subsídio de alimentação referido no número anterior através de senhas diárias de refeição, a utilizar em restaurantes próximos do local de trabalho.

ANEXO I

Tabela de remunerações pecuniárias mínimas de base

(De 1 de Janeiro de 1984 a 31 de Dezembro de 1984)

Nível	Categorias	Remunerações mínimas pecuniárias de base — Mês
11	Director geral	57 600\$00
10	Director comercial	47 000\$00
	Director técnico	
	Director de serviços	
	Director de pessoal	
	Chefe de contabilidade	
	Analista de informática	
	Assistente de direcção	
9	Chefe de departamento	38 200\$00
	Chefe de divisão	
	Chefe de serviços	
	Programador de informática	
	Técnico industrial	
8	Inspector	33 800\$00
	Programador mecanográfico	
	Chefe de vendas	
	Guarda-livros	
	Tesoureiro	
	Chefe de secção (escritórios)	30 300\$00
	Secretária de administração	
	Medidor orçamentista-coordenador	
	Desenhador projectista	
	Encarregado de refeitório A	
7	Chefe de cozinha	30 300\$00
	Chefe de compras/ecónomo	
	Encarregado de armazém	
	Chefe de pasteleiro	
	Escriturário principal	
	Secretária de direcção	28 900\$00
	Correspondente em línguas estrangeiras	
	Inspector de vendas	
	Enfermeiro	
	Encarregado de refeitório B	
6-A	Técnico de vendas	28 900\$00
	Desenhador com 6 ou mais anos	
	Operador mecanográfico	
	Medidor orçamentista com 6 ou mais anos	
	Operador de computador	
	Caixa	26 800\$00
	Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras	
	Pasteleiro de 1. ^a	
	Escriturário de 1. ^a	
	Controlador	
	Cozinheiro de 1. ^a	26 800\$00
6-B	Chefe de sala de preparação	
	Oficial electricista	
	Operário polivalente	
	Fiel de armazém	
	Motorista de pesados	26 200\$00
5-A	Subencarregado de refeitório	
	Escriturário de 2. ^a	
	Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa	
	Operador de máquinas de contabilidade	

Nível	Categorias	Remunerações mínimas pecuniárias de base — Mês
5-A	Pasteleiro de 2. ^a	26 200\$00
	Telefonista de 1. ^a	
	Cobrador	
	Prospector de vendas	
	Operador de telex	
	Operador de registo de dados	
	Estagiário de operador de computador	
	Desenhador entre 3 e 6 anos	
	Medidor orçamentista entre 3 e 6 anos	
	Motorista de ligeiros	
5-B	Oficial cortador	23 500\$00
	Despenseiro A	
	Cozinheiro de 2. ^a	
	Encarregado de balcão	
	Forneiro	
	Amassador	23 300\$00
4-A	Encarregado de bar	
	Escriturário de 3. ^a	
	Telefonista de 2. ^a	
	Desenhador até 3 anos	
	Conferente	
	Operador de máquinas auxiliares	21 700\$00
	Medidor orçamentista até 3 anos	
	Estagiário de operador de máquinas de contabilidade	
	Estagiário de operador mecanográfico	
4-B	Cozinheiro de 3. ^a	21 700\$00
	Despenseiro B	
	Chefe de copa	
	Preparador-embalador	
	Preparador de cozinha	20 700\$00
3	Controlador-caixa	
	Empregado de bar	
	Dactilógrafo do 2. ^o ano	
	Estagiário de escriturário do 2. ^o ano	
	Praticante de desenhador do 2. ^o ano	
	Empregado de armazém	
	Aspirante de forneiro	
	Aspirante de amassador	
	Manipulador/ajudante de padaria	
	Operador heliográfico do 2. ^o ano	19 400\$00
2	Empregado de distribuição	
	Empregado de refeitório	
	Ajudante de despenseiro	
	Porteiro de serviço	
	Contínuo com 20 ou mais anos de idade	
	Praticante de desenhador do 1. ^o ano	
	Operador heliográfico do 1. ^o ano	
	Ajudante de motorista	
	Empregado de limpeza	
	Estagiário de escriturário do 1. ^o ano	16 700\$00
	Dactilógrafo do 1. ^o ano	
	Estagiário de cozinheiro (1 ano)	
	Estagiário de pasteleiro (1 ano)	
	Estagiário de bar (1 ano)	
1	Contínuo menor de 20 anos	16 700\$00

ANEXO II

Densidades

A) Densidades especiais

1 — Nos refeitórios ou cantinas, segundo o número de refeições servidas ou confeccionadas, é obrigatória

a observância das seguintes normas e densidades especiais mínimas:

- a) Refeitórios ou cantinas onde se servem e ou confeccionam menos de 200 refeições diárias:

Nestes refeitórios ou cantinas existirá obrigatoriamente, pelo menos, 1 subencarregado de refeitório e 1 cozinheiro de 3.^a;

- b) Refeitórios ou cantinas onde se servem e ou confeccionam entre 200 e 700 refeições diárias:

Nestes refeitórios ou cantinas existirá obrigatoriamente, pelo menos, 1 encarregado de refeitório B, 1 despenseiro B e 1 cozinheiro de 2.^a;

- c) Refeitórios e cantinas onde se servem e ou confeccionam mais de 700 refeições diárias:

Nestes refeitórios ou cantinas será obrigatória a existência de, pelo menos, 1 encarregado de refeitório A, 1 despenseiro A e 1 cozinheiro de 1.^a

2 — Para os efeitos do número anterior a média diária de refeições será obtida com base no movimento das refeições servidas nos 365 dias anteriores de funcionamento efectivo; nos casos de estabelecimentos que não tenham aquele número de dias de funcionamento efectivo, o cálculo será feito na base das refeições contratualmente estipuladas.

B) Densidades gerais mínimas

(Mantém-se a redacção em vigor.)

Cláusula 8.^a

(Regulamentação em vigor)

Mantêm-se em vigor todas as disposições constantes dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho aplicáveis que tacitamente não sejam derrogadas pela aplicabilidade das normas e disposições da presente convenção.

Lisboa, 7 de Dezembro de 1983.

Pela Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Técnicos de Desenho:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela GERTAL — Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S. A. R. L.:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo ITAU — Instituto Técnico de Alimentação Humana, L.^{da}:

Maria Armanda Martins Gonçalves.

Pela EUREST — Sociedade Europeia de Restaurantes, S. A. R. L.:

(Assinatura ilegível.)

Pela SINAL MAIS — Sociedade Portuguesa Gestora de Restaurantes de Empresa, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela CARRA — Representações e Empreendimentos Comerciais, S. A. R. L.:

(Assinatura ilegível.)

Pela SOCIGESTE — Sociedade Gestora de Refeitórios e Cantinas de Empresas, L.^{da}:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela SERE — Sociedade de Exploração de Restaurantes de Empresa, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela TOTALIS — Gestão Técnica de Restaurantes de Empresa, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela PRESTAR — Prestação de Serviços a Refeitórios de Empresas, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela UNISELF — Gestão e Exploração de Restaurantes de Empresa, L.^{da}:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela CONTROL TRÊS — Sociedade de Serviços e Abastecimento de Refeitórios Colectivos:

(Assinatura ilegível.)

Pela EQUIPA-BAR — Importadora de Máquinas e Acessórios para Cafés e Bares, L.^{da}:

Representada na outorga pela Associação dos Restaurantes e Similares do Centro e Sul de Portugal, por se encontrar nela filiada.

Pela Eduardo Luís:

Representada na outorga pela Associação dos Restaurantes e Similares do Centro e Sul de Portugal, por se encontrar nela filiada.

Pela Alberto A. C. Marques, L.^{da}:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela SOMANJAR — Sociedade Industrial e Comercial de Alimentos, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Restaurantes e Similares do Centro e Sul de Portugal:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela REFEX — Exploração de Refeitórios, L.^{da}:

Horácio S. Martins.

Pela SOCITEJO:

Manuel Joaquim Faria Luís.

Pela GASCO — Sociedade Gastronómica de Alimentação Confeccionada, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela Augusto C. Campos:

(Assinatura ilegível.)

Pela REDEVENDAS — Rede de Distribuição de Produtos de Consumo Doméstico, S. A. R. L.:

Representada na outorga pela Associação dos Restaurantes e Similares do Centro e Sul de Portugal, por se encontrar nela filiada.

Pela QUÂNTICA — Sociedade Comercial de Representações, L.^{da}:

Representada na outorga pela Associação dos Restaurantes e Similares do Centro e Sul de Portugal, por se encontrar nela filiada.

Pelo Sindicato dos Escritórios e Serviços do Porto:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela VIPGESTE — Concessionária de Gestão de Cantinas, L.^{da}:

Representada na outorga pela Associação dos Restaurantes e Similares do Centro e Sul de Portugal, por se encontrar nela filiada.

Pela INGREST — Gestão de Restaurantes, L.^{da}:

Representada na outorga pela Associação dos Restaurantes e Similares do Centro e Sul de Portugal, por se encontrar nela filiada.

Declaração

A Associação dos Restaurantes e Similares do Centro e Sul de Portugal declara que no seu sector de cantinas, refeitórios e fábricas de refeições estão filiadas as seguintes cantinas:

UNISELF — Gestão e Exploração de Restaurantes de Empresas, L.^{da}, Quinta da Ponte, lote F, 20, cave, direita, Póvoa de Santo Adrião, 2675 Odivelas.

VIPGESTE — Concessionária de Gestão de Cantinas, L.^{da}, Avenida de Almirante Reis, 90, 2.º, E, 1100 Lisboa.

EQUIPABAR — Importadora de Máquinas e Acessórios para Cafés e Bares, L.^{da}, Cafeteria do Banco do Hospital de S. José, 1100 Lisboa.

REDEVENDAS — Rede de Distribuição de Produtos de Consumo Doméstico, S. A. R. L., Rua de Ernesto da Silva, 7, 1.º, Algés, 1495 Lisboa.

SINAL MAIS — Sociedade Portuguesa Gestora de Restaurantes de Empresa, L.^{da}, Rua de Carolina M. de Vasconcelos, 30, rés-do-chão, direito, 1500 Lisboa.

Eduardo Luís, Rua dos Correeiros, 184, 5.º, esquerdo, 1100 Lisboa.

CONTROL TRÊS — Sociedade de Serviços e Abastecimento de Refeitórios Colectivos, L.^{da}, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 3, 1000 Lisboa.

QUÂNTICA — Sociedade Comercial de Representações, L.^{da}, Centro Comercial da Portela, loja n.º 97, 1.º, Moscavide, 1885 Lisboa.

INGREST — Gestão de Restaurantes, L.^{da}, Avenida de Ferreira Godinho, 3, Cruz Quebrada (Carnaxide), 1495 Lisboa.

EUREST — Sociedade Europeia de Restaurantes, S. A. R. L., Avenida de António Augusto de Aguiar, 171, rés-do-chão, 1000 Lisboa.

ITAU — Instituto de Alimentação Humana, L.^{da}, Avenida da República, 46-A, rés-do-chão, esquerdo, 1000 Lisboa.

GERTAL — Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S. A. R. L., Avenida do Infante Santo, 25, 1.º, direito, 1300 Lisboa.

TOTALIS — Alimentação Gestão Técnica de Restaurantes de Empresa, Avenida de Miguel Bombarda, 69, 2745 Queluz.

SERE — Sociedade de Exploração de Restaurantes de Empresa, Avenida de Miguel Bombarda, 69, 2745 Queluz.

SOCIGESTE — Sociedade Gestonária de Refeitórios e Cantinas de Empresas, L.^{da}, Rua da Fábrica da Pólvora, 147, Alcântara, 1300 Lisboa.

CARRA — Representações e Empreendimentos, S. A. R. L., Rua de Alexandre Herculano, 9, 4.º, 1100 Lisboa.

MARRIOTT-PORTUGAL — Serviços Profissionais e Aéreos de Assistência a Bordo, L.^{da}, Rua da Guiné, 9, Prior Velho, 2685 Sacavém.

Alberto A. C. Marques, L.^{da}, Avenida da Cidade de Luanda, 485, 7.º, esquerdo, 1800 Lisboa.

PRESTAR — Prestação de Serviços a Refeitórios de Empresas, L.^{da}, Rua de Cláudio Nunes, 80, 1.º, frente, 1500 Lisboa.

Augusto Castanheira d'Almeida Campos, Avenida de Marconi, 1000 Lisboa.

A presente declaração destina-se a instruir o processo de negociação do ACT para as cantinas subscrito pela declarante em nome dos filiados acima referidos.

Lisboa, 20 de Dezembro de 1983.

Pela Direcção, (*Assinatura ilegível.*)

Depositado em 11 de Janeiro de 1984, a fl. 126 do livro n.º 3, com o n.º 22/84, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

CCT entre a Assoc. Portuguesa das Ind. Gráficas e Transformadoras do Papel e o SINDEGRAF — Sind. Democrático dos Gráficos e Afins e outro — Alteração salarial

Cláusula 1.ª

(Área e âmbito)

1 — A presente convenção destina-se a rever as tabelas salariais do CCTV para as indústrias gráficas e transformadoras do papel, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 3, de 22 de Janeiro de 1983.

2 — Esta convenção obriga, por um lado, todas as empresas representadas pela Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel

e, por outro, todos os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

(Vigência)

1 — A presente convenção entrará em vigor após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego* e durará pelo prazo estipulado na lei.

2 — A tabela salarial constante do anexo III produz efeitos desde 1 de Janeiro de 1984.

ANEXO III
Tabelas salariais

Categorias	Remunerações
Tipografia	
Compositor manual	25 200\$00
Teclista	25 200\$00
Impressor tipográfico	25 200\$00
Perfurador de fotocomposição	26 300\$00
Compositor mecânico	26 300\$00
Teclista monotipista	26 300\$00
Fundidor monotipista	26 300\$00
Codificador	26 300\$00
Fotocompositor	26 300\$00
Fundidor de tipo	22 500\$00
Fundidor de material branco	20 400\$00
Estereotipador	20 400\$00
Fundidor de metal	16 600\$00
Flexografia	
Impressor flexográfico:	
Máquina com secagem e com registos	25 200\$00
Máquina sem secagem e sem registos	23 200\$00
Montador flexográfico	23 200\$00
Transportador flexográfico	23 200\$00
Timbragem em relevo	
Operador de máquina de timbrogravura	23 200\$00
Litografia	
Fotógrafo	26 300\$00
Retocador	26 300\$00
Montador	26 300\$00
Transportador	26 300\$00
Impressor:	
1 e 2 cores	26 300\$00
Mais de 2 cores	27 600\$00
Impressor de verniz (F. F.)	23 200\$00
Estufador (F. F.)	20 400\$00
Marginador/retirador:	
(F. F.) 1.º e 2.º anos	15 300\$00
(F. F.) mais de 2 anos	20 400\$00
Granidor	20 400\$00
Polidor	20 400\$00
Laminador	20 400\$00
Desenho	
Maquetista	29 700\$00
Desenhador-projectista	29 700\$00
Desenhador de arte finalista	27 600\$00
Desenhador gráfico	26 300\$00
Desenhador técnico	26 300\$00
Rotogravura	
Fotógrafo	26 300\$00
Retocador	26 300\$00
Montador	26 300\$00
Transportador	26 300\$00
Gravador	26 300\$00
Impressor:	
1 e 2 cores	26 300\$00
Mais de 2 cores	27 600\$00
Galvanoplasta	25 200\$00
Rectificador de cilindros	25 200\$00
Operador de máquina de embalagem especializada	24 250\$00
Operador de máquina de embalagem simples	16 600\$00
Encadernador/acabamentos	
Dourador	23 200\$00
Encadernador	23 200\$00
Encadernador-dourador	25 200\$00

Categorias	Remunerações
Costureira	18 800\$00
Pintor-colorador	23 200\$00
Operador de máquinas:	
Grupo I	16 600\$00
Grupo II	20 400\$00
Grupo III	22 500\$00
Grupo IV	23 200\$00
Operador manual:	
1.º ano	15 300\$00
2.º e 3.º anos	16 600\$00
Mais de 3 anos	18 800\$00
Fotogravura	
Fotógrafo	25 200\$00
Retocador	25 200\$00
Montador	25 200\$00
Transportador	24 250\$00
Fotógrafo cromista	26 300\$00
Retocador cromista	26 300\$00
Provista	20 400\$00
Provista-cromista	23 200\$00
Zincógrafo	24 250\$00
Montador de gravuras	24 250\$00
Formulários em contínuo	
Fotógrafo	26 300\$00
Montador-retocador	26 300\$00
Impressor:	
1 e 2 cores	26 300\$00
Mais de 2 cores	27 600\$00
Operador de máquinas de intercalar	23 200\$00
Etiquetas metálicas	
Fotógrafo	25 200\$00
Cortador de balancé	20 400\$00
Cortador de guilhotina	22 500\$00
Transportador	23 200\$00
Impressor	24 250\$00
Montador de cortantes	23 200\$00
Anodizador	23 200\$00
Colorador	20 400\$00
Pintor de etiquetas metálicas	20 400\$00
Pantógrafo	20 400\$00
Polidor	20 400\$00
Etiquetas sobre papel e sobre têxteis	
Impressor:	
1 cor	24 250\$00
2 e mais cores	25 200\$00
Cortador de tecidos	23 200\$00
Serigrafia	
Fotógrafo	25 200\$00
Retocador	22 500\$00
Transportador	22 500\$00
Montador	22 500\$00
Impressor	22 500\$00
Complexagem/embalagem flexível	
Operador de máquina de complexagem	24 250\$00
Operador de máquina de transformação mista	25 200\$00
Corte/relevo/punção	
Cortador de guilhotina	23 200\$00
Cortador de bobina	23 200\$00
Cortador de rotogravura	23 200\$00
Cortador de punção	23 200\$00
Operador de máquina de corte e vinco	23 200\$00
Relevista	23 200\$00
Montador de cortantes	22 500\$00

Categorias	Remunerações
Diversos	
Misturador-preparador de tintas ou colas	20 400\$00
Preparador de rolos de gelatina	20 400\$00
Arquivista	20 400\$00
Condutor de empilhador	18 800\$00
Serviço de apoio (servente)	16 600\$00
Orçamento/programação/controle	
Director de produção	35 900\$00
Director-adjunto de produção	32 800\$00
Orçamentista	27 600\$00
Programador de fabrico	26 300\$00
Controlador	26 300\$00
Controlador de qualidade	26 300\$00
Todas as especialidades gráficas	
Aprendiz:	
Do 1.º ano	8 500\$00
Do 2.º ano	9 100\$00
Do 3.º ano	10 150\$00
Do 4.º ano	11 350\$00
Do 5.º ano	12 750\$00
Auxiliar:	
Do 1.º ano	15 300\$00
Do 2.º ano	16 600\$00
Do 3.º ano	18 800\$00
Do 4.º ano	20 400\$00
Estagiário — Vencimento igual à média dos vencimentos de auxiliar de 4.º ano e de oficial da especialidade respectiva.	
Cartonagem, sobrescritos e rebobinação	
Encarregado geral	26 300\$00
Controlador de 1.ª	23 200\$00
Controlador de 2.ª	20 400\$00
Apontador:	
Do 1.º ano	10 150\$00
Do 2.º ano	11 350\$00
Do 3.º ano	12 750\$00
Do 4.º ano	14 100\$00
Do 5.º ano	16 600\$00
Amostrista	22 500\$00
Maquinista de 1.ª	22 500\$00
Maquinista de 2.ª	20 400\$00
Ajudante:	
Do 1.º ano	8 500\$00
Do 2.º ano	9 100\$00
Do 3.º ano	10 150\$00
Do 4.º ano	12 750\$00
Do 5.º ano	15 300\$00
Operador(a):	
De 1.ª	17 600\$00
De 2.ª	16 600\$00
Cartonageiro e sobrescreiteiro(a):	
De 1.ª	17 600\$00
De 2.ª	16 600\$00
De 3.ª	15 300\$00
Embalador(a)	14 100\$00
Servente	16 600\$00
Condutor de empilhador	18 800\$00
Aprendiz:	
Do 1.º ano	8 500\$00
Do 2.º ano	9 100\$00
Do 3.º ano	10 150\$00
Do 4.º ano	11 350\$00

Categorias	Remunerações
Sacos de papel	
Encarregado geral	26 300\$00
Chefe de turno	23 200\$00
Chefe de carimbos	23 200\$00
Desenhador de carimbos de 1.ª	22 500\$00
Desenhador de carimbos de 2.ª	20 400\$00
Gravador/montador de carimbos de 1.ª	20 400\$00
Gravador/montador de carimbos de 2.ª	18 800\$00
Controlador de 1.ª	23 200\$00
Controlador de 2.ª	20 400\$00
Apontador:	
Do 1.º ano	10 150\$00
Do 2.º ano	11 350\$00
Do 3.º ano	12 750\$00
Do 4.º ano	14 100\$00
Do 5.º ano	16 600\$00
Maquinista:	
De 1.ª	22 500\$00
De 2.ª	20 400\$00
Ajudante:	
Do 1.º ano	8 500\$00
Do 2.º ano	9 100\$00
Do 3.º ano	10 150\$00
Do 4.º ano	12 750\$00
Do 5.º ano	15 300\$00
Amostrista	22 500\$00
Operador(a)	17 600\$00
Saqueiro:	
De 1.ª	17 600\$00
De 2.ª	16 600\$00
De 3.ª	15 300\$00
Embalador(a)	14 100\$00
Servente	16 600\$00
Aprendiz:	
Do 1.º ano	8 500\$00
Do 2.º ano	9 100\$00
Do 3.º ano	10 150\$00
Do 4.º ano	11 350\$00
Condutor de empilhador	18 800\$00
Preparador de colas	16 600\$00
Operador de laboratório	22 500\$00
Afinador mecânico de 1.ª	22 500\$00
Afinador mecânico de 2.ª	20 400\$00
Cartão cancelado	
Chefe dos serviços técnicos	32 800\$00
Chefe de produção	29 700\$00
Encarregado geral	26 300\$00
Chefe de secção	25 200\$00
Chefe de turno	23 200\$00
Controlador de formatos	22 500\$00
Controlador de folhas de fabrico	22 500\$00
Gravador-chefe de carimbos	22 500\$00
Gravador de carimbos:	
De 1.ª	17 600\$00
De 2.ª	16 600\$00
Oficial maquinista:	
De 1.ª	22 500\$00
De 2.ª	20 400\$00
De 3.ª	18 800\$00
Ajudante de maquinista:	
De 1.ª	17 600\$00
De 2.ª	16 600\$00
Preparador de laboratório	17 600\$00
Operador(a):	
De 1.ª	17 600\$00
De 2.ª	16 600\$00

Categorias	Remunerações
Ajudante de operador(a):	
De 1. ^a	14 100\$00
De 2. ^a	11 350\$00
Servente	16 600\$00
Aprendiz	10 150\$00
Condutor de empilhador	18 800\$00
Preparador de cola	16 600\$00
Amostrista	22 500\$00
Escritórios	
Director de serviços	35 900\$00
Chefe de departamento	32 800\$00
Chefe de serviços	32 800\$00
Técnico de contas	30 400\$00
Tesoureiro	30 400\$00
Analista informático	30 400\$00
Programador informático	30 400\$00
Operador informático	30 400\$00
Chefe de secção	29 700\$00
Guarda-livros	29 700\$00
Contabilista	29 700\$00
Programador mecanográfico	29 700\$00
Correspondente em línguas estrangeiras	26 300\$00
Tradutor	26 300\$00
Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras	26 300\$00
Secretário	26 300\$00
Escriturário:	
De 1. ^a	25 200\$00
De 2. ^a	22 500\$00
De 3. ^a	20 400\$00
Recepcionista	20 400\$00
Operador mecanográfico	24 250\$00
Perfurador-verificador/operador de posto de dados:	
De 1. ^a	22 500\$00
De 2. ^a	20 400\$00
Esteno-dactilógrafa de língua portuguesa	22 500\$00
Caixa de escritório	25 200\$00
Operador de máquina de contabilidade:	
De 1. ^a	25 200\$00
De 2. ^a	22 500\$00
Operador de telex	20 400\$00
Arquivista	20 400\$00
Estagiário:	
Mais de 20 anos	16 600\$00
Menos de 20 anos	15 300\$00
Dactilógrafo:	
Mais de 20 anos	16 600\$00
Menos de 20 anos	15 300\$00
Cobreadores, contínuos, porteiros e telefonistas	
Telefonista	18 800\$00
Cobrador	20 400\$00
Contínuo:	
Mais de 20 anos	17 600\$00
Menos de 20 anos	15 300\$00
Guarda	17 600\$00
Porteiro	17 600\$00
Empregado de limpeza/servente de limpeza	15 300\$00
Paquete:	
De 14/15 anos	9 100\$00
De 16/17 anos	11 350\$00
Revisores	
Revisor	25 200\$00
Revisor principal	29 700\$00

Categorias	Remunerações
Comércio/armazém/técnico de vendas	
Encarregado-geral de armazém	32 800\$00
Caixeiro-encarregado	29 700\$00
Chefe de compras	29 700\$00
Encarregado de armazém	29 700\$00
Caixeiro:	
De 1. ^a	25 200\$00
De 2. ^a	22 500\$00
De 3. ^a	20 400\$00
Fiel de armazém	25 200\$00
Conferente	22 500\$00
Embalador	18 800\$00
Auxiliar de armazém	18 800\$00
Praticante:	
De 14/15 anos	9 100\$00
De 16/17 anos	11 350\$00
Caixa de balcão	18 800\$00
Distribuidor	18 800\$00
Caixeiro-ajudante:	
Do 2. ^a ano	16 600\$00
Do 1. ^o ano	15 300\$00
Chefe de vendas	29 700\$00
Inspector de vendas	26 300\$00
Vendedor:	
Com comissão	22 500\$00
Sem comissão	24 250\$00
Prospector de vendas:	
Com comissão	22 500\$00
Sem comissão	24 250\$00
Rodoviários	
Motorista:	
De ligeiros	23 200\$00
De pesados	24 250\$00
Garagens	
Encarregado	23 200\$00
Lubrificador	18 800\$00
Lavador	18 800\$00
Ajudante de motorista	18 800\$00
Servente de viatura de carga	16 600\$00
Químicos	
Analista químico	26 300\$00
Chefia	26 300\$00
Especialista	23 200\$00
Especializado	22 500\$00
Semiespecializado	16 600\$00
Aprendiz:	
De 16 anos	10 150\$00
De 17 anos	11 350\$00
Electricistas	
Encarregado	27 600\$00
Chefe de equipa	26 300\$00
Oficial	24 250\$00
Pré-oficial	20 400\$00
Ajudante	16 600\$00
Aprendiz:	
De 14/15 anos	9 100\$00
De 16/17 anos	11 350\$00
Calçado, malas e afins	
Encarregado	24 250\$00
Operário:	
De 1. ^a	22 500\$00
De 2. ^a	21 750\$00
De 3. ^a	20 400\$00

Categorias	Remunerações
Pré-operário:	
Do 1. ^a ano	12 750\$00
Do 2. ^o ano	15 300\$00
Costureira:	
De 1. ^a	20 400\$00
De 2. ^a	17 600\$00
De 3. ^a	16 600\$00
Aprendizes:	
Do 1. ^o ano	8 500\$00
Do 2. ^o ano	10 150\$00
Metalúrgicos	
Afinador de máquinas:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Agente de métodos	27 600\$00
Apontador:	
Até 1 ano	20 400\$00
Mais de 1 ano	23 200\$00
Canalizador:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Carpinteiro de estruturas metálicas e estruturas de máquinas:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Cinzelador:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Chefe de equipa	26 300\$00
Controlador de qualidade:	
Até 1 ano	24 250\$00
Mais de 1 ano	26 300\$00
Embalador metalúrgico:	
De 1. ^a	21 750\$00
De 2. ^a	20 400\$00
De 3. ^a	18 800\$00
Encarregado metalúrgico	27 600\$00
Entregador de ferramentas, materiais ou produtos:	
De 1. ^a	21 750\$00
De 2. ^a	20 400\$00
De 3. ^a	18 800\$00
Ferramenteiro:	
De 1. ^a	23 200\$00
De 2. ^a	22 500\$00
De 3. ^a	20 400\$00
Fiel de armazém	24 250\$00
Frezador mecânico:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Funileiro-latoeiro:	
De 1. ^a	23 200\$00
De 2. ^a	22 500\$00
De 3. ^a	20 400\$00

Categorias	Remunerações
Lubrificador	18 800\$00
Metalizador:	
De 1. ^a	23 200\$00
De 2. ^a	22 500\$00
De 3. ^a	20 400\$00
Montador de máquinas ou peças em série:	
De 1. ^a	23 200\$00
De 2. ^a	22 500\$00
De 3. ^a	20 400\$00
Aprendiz metalúrgico:	
De 17 anos	11 350\$00
De 16 anos	10 150\$00
De 15 anos	9 100\$00
De 14 anos	8 500\$00
Operador de máquinas de furar radial:	
De 1. ^a	23 200\$00
De 2. ^a	22 500\$00
De 3. ^a	20 400\$00
Operador de máquinas de balancé:	
De 1. ^a	22 500\$00
De 2. ^a	21 750\$00
De 3. ^a	20 400\$00
Polidor:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Preparador de trabalho	26 300\$00
Praticante metalúrgico:	
Do 1. ^o ano	16 600\$00
Do 2. ^o ano	18 800\$00
Programador de fabrico:	
Até 1 ano	24 250\$00
Mais de 1 ano	26 300\$00
Rectificador mecânico:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Serralheiro civil:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Serralheiro de ferramentas, moldes, cunhos ou cortantes:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Serralheiro mecânico:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Servente metalúrgico	18 800\$00
Soldador:	
De 1. ^a	23 200\$00
De 2. ^a	22 500\$00
De 3. ^a	20 400\$00
Soldador electroarco ou oxi-acetilénico:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00

Categorias	Remunerações
Torneiro mecânico:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	23 200\$00
De 3. ^a	22 500\$00
Construtor civil	
Carpinteiro de limpos:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	22 500\$00
Estucador:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	22 500\$00
Trolha ou pedreiro de acabamentos:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	22 500\$00
Carpinteiro de tosco ou cofragem:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	22 500\$00
Cimenteiro:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	22 500\$00
Pedreiro:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	22 500\$00
Pintor:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	22 500\$00
Encarregado de construção civil	29 700\$00
Encarregado:	
De 1. ^a	27 600\$00
De 2. ^a	25 200\$00
Servente de construção civil	18 800\$00
Aprendiz:	
Do 1. ^o ano	12 750\$00
Do 2. ^o ano	15 300\$00
Hotelaria	
Encarregado de refeitório (ou cantina)	24 250\$00
Cozinheiro:	
De 1. ^a	24 250\$00
De 2. ^a	20 400\$00
De 3. ^a	18 800\$00
Chefe de cafetaria	20 400\$00
Empregado de balcão	18 800\$00
Chefe de copa	18 800\$00
Cafeteiro	18 800\$00
Empregado de refeitório (ou cantina)	15 300\$00
Copeiro	15 300\$00
Estagiário	14 100\$00
Aprendiz:	
Do 1. ^o ano	10 150\$00
Do 2. ^o ano	11 350\$00

Categorias	Remunerações
Foguetiros	
Fogueiro encarregado	26 300\$00
Fogueiro:	
De 1. ^a classe	23 200\$00
De 2. ^a classe	22 500\$00
De 3. ^a classe	20 400\$00
Ajudante:	
Do 3. ^o ano	18 800\$00
Do 2. ^o ano	16 600\$00
Do 1. ^o ano	15 300\$00

ANEXO IV

Enquadramentos salariais

Grupo	Tabela
I	35 900\$00
II	32 800\$00
III	30 400\$00
IV	29 700\$00
V	27 600\$00
VI	26 300\$00
VII	25 200\$00
VIII	24 250\$00
IX	23 200\$00
X	22 500\$00
XI	21 750\$00
XII	20 400\$00
XIII	18 800\$00
XIV	17 600\$00
XV	16 600\$00
XVI	15 300\$00
XVII	14 100\$00
XVIII	12 750\$00
XIX	11 350\$00
XX	10 150\$00
XXI	9 100\$00
XXII	8 500\$00

Lisboa, 6 de Janeiro de 1984.

Organizações subscritoras da revisão das tabelas salariais do CCTV para as indústrias gráficas e transformadoras do papel, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 3, de 22 de Janeiro de 1983.

Pela Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo SINDEGRAF — Sindicato Democrático dos Gráficos e Afins:

Manuel Santos Pessegueiro.
Américo Albino Coelho.
António Augusto T. C. Castro Fernandes.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Depositado em 11 de Janeiro de 1984, a fl. 126 do livro n.º 3, com o n.º 23/84, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

CCT entre a ANCIPA — Assoc. Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria) e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório do Dist. do Porto e outro — Alteração salarial.

Cláusula 1.^a

(Área e âmbito)

A presente revisão obriga, por um lado, as empresas representadas pela ANCIPA — Associação Nacional de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria) e, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto e pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro.

Cláusula 2.^a

(Vigência e denúncia)

1 — A presente revisão entra em vigor nos termos legais, produzindo efeitos desde 1 de Dezembro de 1983.

2 —

Tabela de remunerações mínimas mensais

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
I	Chefe de escritório Director de serviços	33 500\$00
II	Chefe de departamento Chefe de divisão Chefe de serviços Tesoureiro Técnico de contas Contabilista	32 250\$00
III	Chefe de secção Guarda-livros	30 900\$00
IV	Programador Correspondente em línguas estrangeiras	28 700\$00
V	Primeiro-escriurário Caixa Ajudante de guarda-livros Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras Operador mecanográfico de 1. ^a Operador de máquinas de contabilidade de 1. ^a Perfurador-verificador de 1. ^a	26 200\$00
VI	Segundo-escriurário Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa Operador mecanográfico de 2. ^a Operador de máquinas de contabilidade de 2. ^a Perfurador-verificador de 2. ^a Cobrador de 1. ^a Telefonista de 1. ^a	24 950\$00

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
VII	Terceiro-escriurário Telefonista de 2. ^a Cobrador de 2. ^a Contínuo	23 350\$00
VIII	Estagiário para as profissões de escriturário, operador mecanográfico e operador de máquinas de contabilidade Perfurador-verificador Dactilógrafo Porteiro e guarda	18 700\$00
IX	Servente de limpeza	15 600\$00
X	Paquete de 16/17 anos	12 100\$00
XI	Paquete de 14/15 anos	10 200\$00

Nota. — A restante matéria não contemplada na presente revisão mantém-se em vigor, conforme o disposto nos *Boletins do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 15, de 15 de Agosto de 1976, 37, de 8 de Outubro de 1980, 45, de 7 de Dezembro de 1981, 1, de 8 de Janeiro de 1982, e 2, de 15 de Janeiro de 1983.

Porto, 5 de Janeiro de 1984.

Pela ANCIPA — Associação dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto:

José Augusto Sousa Martins Leal.

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

Mário António Magalhães da Silva.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços representa o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e do Comércio do Distrito de Aveiro.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto, 5 de Janeiro de 1984. — Pelo Secretariado, *(Assinatura ilegível.)*

Depositado em 17 de Janeiro de 1984, a fl. 126 do livro n.º 3, com o registo n.º 24/84, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**CCT entre a Assoc. dos Industriais de Panificação do Norte e outra
e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial**

Cláusula 1.^a

(Área e âmbito)

1 —

2 — Nas matérias que não são objecto do presente acordo continuarão a ser aplicados os respectivos contratos colectivos, publicados nos *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 37 e 38, de 8 de Outubro de 1978 e 15 de Outubro de 1978, com as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 16 e 28, de 29 de Abril de 1980 e 29 de Julho de 1980, e 23, de 22 de Junho de 1981, e 36, de 29 de Setembro de 1982.

Cláusula 2.^a

1 —

2 — A presente tabela salarial produz efeitos desde 1 de Novembro de 1983.

3 —

4 —

5 —

6 —

ANEXO III

Tabela salarial

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações
1	Director de serviços Chefe de escritório Chefe de serviços	28 000\$00
2	Chefe de departamento/divisão Inspector administrativo Contabilista/técnico de contas Analista de sistemas	27 100\$00
3	Chefe de secção Programador Tesoureiro Guarda-livros	23 000\$00
4	Secretário de direcção Correspondente em línguas estrangeiras Programador mecanográfico Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras	21 600\$00
5	Primeiro-escriurário Caixa Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa Operador mecanográfico	20 400\$00
6	Segundo-escriurário Operador de máquinas de contabilidade Perfurador-verificador Operador de telex Cobrador	18 200\$00

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações
7	Terceiro-escriurário Telefonista Contínuo Porteiro (de escritório) Guarda	16 800\$00
8	Dactilógrafo do 2.º ano Estagiário do 2.º ano	14 700\$00
9	Dactilógrafo Estagiário do 1.º ano Servente de limpeza	13 200\$00
10	Paquete de 16/17 anos	9 600\$00
11	Paquete de 14/15 anos	8 400\$00

Porto, 19 de Dezembro de 1983.

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Panificação do Norte:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Associação do Centro dos Industriais de Panificação:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e sede da FESINTES, 19 de Dezembro de 1983. — Pelo Secretariado, (Assinatura ilegível.)

Depositado em 13 de Janeiro de 1984, a fl. 126 do livro n.º 3, com o n.º 25/84, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**CCT entre a Assoc. dos Industriais de Moagem e outras
e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outra — Alteração salarial**

O CCT entre a Associação dos Industriais de Moagem do Sul e outras e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outra, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1978, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 22, 32, 42 e 1, respectivamente de 15 de Junho de 1979, 28 de Agosto de 1980, 14 de Novembro de 1981 e 8 de Janeiro de 1983, é revisto como segue:

Cláusula 2.^a

(Vigência e denúncia)

- 1 —
- 2 — A tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1983, podendo ser revista anualmente.
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —

ANEXO III

Tabela salarial

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações mínimas	
		A	B
I	Chefe de centro de recolha de processamento de dados ... Chefe de escritório Chefe de serviços administrativos	35 400\$00	34 000\$00
II	Analista de sistemas Chefe de departamento Chefe de divisão Tesoureiro Inspector administrativo Chefe de contabilidade Técnico de contas	33 100\$00	31 400\$00
III	Chefe de secção Guarda-livros Programador de computador	31 000\$00	29 500\$00
IV	Correspondente em línguas estrangeiras Programador de máquinas mecanográficas ou periinformática Secretária de direcção Escriturário especializado Fogoeiro-encarregado	29 000\$00	27 600\$00

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações mínimas	
		A	B
V	Caixa Controlador de aplicação Escriturário de 1. ^a Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras Operador de computador Ajudante de guarda-livros Fogoeiro de 1. ^a Operador mecanográfico Operador de máquinas de contabilidade de 1. ^a	26 900\$00	25 400\$00
VI	Cobrador de 1. ^a Escriturário de 2. ^a Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa Fogoeiro de 2. ^a Perfurador-verificador de 1. ^a	25 300\$00	24 000\$00
VII	Cobrador de 2. ^a Escriturário de 3. ^a Perfurador-verificador de 2. ^a Telefonista de 1. ^a	23 900\$00	22 450\$00
VIII	Fogoeiro de 3. ^a	21 400\$00	20 000\$00
IX	Contínuo maior de 21 anos Porteiro Guarda Chegador Dactilógrafo Estagiário	19 600\$00	18 300\$00
X	Contínuo menor de 21 anos Servente de limpeza	17 150\$00	15 700\$00
XI	Paquete de 16 e 17 anos	13 100\$00	11 700\$00
XII	Paquete de 15 anos	11 250\$00	9 850\$00

ANEXO III-B

As tabelas A e B do anexo III aplicar-se-ão conforme segue:

1 — Às empresas que no conjunto de todas as suas actividades facturaram em média, nos últimos 3 anos, 85 000 contos anuais ou mais aplica-se a tabela A, aplicando-se a B às restantes.

2 — Às empresas que laborem exclusivamente chocolates, ou chocolates e, complementarmente, confeitaria, aplica-se a tabela B.

3 — Por força da alteração ao montante da facturação diferenciador das tabelas previsto no n.º 1 não poderão passar a praticar a tabela B aquelas empresas que actualmente praticam a tabela A.

Lisboa, 11 de Janeiro de 1984.

Pela Associação Livre dos Industriais de Moagem do Norte e Centro:

(Já não existe.)

Pela Associação dos Industriais de Moagem:

João Manuel Montalvão Martins.

Pela Federação Portuguesa dos Industriais de Moagem:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Massas Alimentícias, Bolachas e Chocolates:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais:

João Manuel Montalvão Martins.

Pela Associação Nacional dos Industriais de Arroz:

João Manuel Montalvão Martins.

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITSESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços;
STESDIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Setúbal;

SITEMAQ — Sindicato dos Fogueiros de Terra e da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal;

(Assinatura ilegível.)

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viseu (com excepção do sector dos alimentos compostos para animais);

(Assinatura ilegível.)

Depositado em 16 de Janeiro de 1984, a fl. 127 do livro n.º 3, com o n.º 26/84, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

CCT entre a Assoc. dos Industriais de Moagem e outras e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços e outra — Alteração salarial

O CCT entre a Associação Nacional dos Industriais de Moagem do Sul e outras e a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços e outra, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 22, de Fevereiro de 1978, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 22, de 15 de Junho de 1979, 32, de 28 de Agosto de 1980, 8, de 27 de Fevereiro de 1982, e 3, de 22 de Janeiro de 1983, é revisto como segue:

CAPÍTULO I

Área, âmbito e vigência do contrato

Cláusula 1.ª

(Área e âmbito)

O presente contrato aplica-se às empresas e trabalhadores representados pelas associações patronais e sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

(Vigência e denúncia)

1 — *(Mantém a redacção actual.)*

2 — A tabela salarial produzirá efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1983, podendo ser revista anualmente.

3, 4, 5, 6 e 7 — *(Mantêm a redacção actual.)*

Nota. — As demais matérias não objecto de revisão mantêm-se com a redacção do CCT actual.

ANEXO III

Tabela salarial

Níveis	Categorias	Tabela A	Tabela B
I	Chefe do centro de recolha de processamento de dados, chefe de escritório e chefe de serviços administrativos . . .	35 400\$00	34 000\$00
II	Analista de sistemas, chefe de departamento, chefe de divisão, tesoureiro, inspector administrativo, chefe de contabilidade e técnico de contas	33 100\$00	31 400\$00
III	Chefe de secção, guarda-livros e programador de computador	31 000\$00	29 500\$00
IV	Correspondente em línguas estrangeiras, programador de máquinas mecanográficas ou periinformática, secretária de direcção, escriturário especializado e fogueiro-encarregado	29 000\$00	27 600\$00
V	Caixa, controlador de aplicação, escriturário de 1.ª, esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras, operador de computador, ajudante de guarda-livros, fogueiro de 1.ª, operador mecanográfico e operador de máquinas de contabilidade de 1.ª	26 900\$00	25 400\$00
VI	Cobrador de 1.ª, escriturário de 2.ª, esteno-dactilógrafo em língua portuguesa, fogueiro de 2.ª e perfurador-verificador de 1.ª	25 300\$00	24 000\$00
VII	Cobrador de 2.ª, escriturário de 3.ª, perfurador-verificador de 2.ª e telefonista de 1.ª	23 900\$00	22 450\$00
VIII	Fogueiro de 3.ª	21 400\$00	20 000\$00

Níveis	Categorias	Tabela A	Tabela B
IX	Contínuo maior de 21 anos, porteiro, guarda, chegador, dactilógrafo, estagiário.....	19 600\$00	18 300\$00
X	Contínuo menor de 21 anos, servente de limpeza	17 150\$00	15 700\$00
XI	Paquete de 16 e 17 anos	13 100\$00	11 700\$00
XII	Paquete de 15 anos	11 250\$00	9 850\$00

ANEXO III-B

As tabelas A e B do anexo III aplicar-se-ão conforme segue:

1 — Às empresas que no conjunto de todas as suas actividades facturaram em média, nos últimos 3 anos, 85 000 contos anuais ou mais aplica-se a tabela A, aplicando-se a B às restantes.

2 — Às empresas que laborem exclusivamente chocolates, ou chocolates e, complementarmente, confeitaria, aplica-se a tabela B.

3 — Por força da alteração ao montante de facturação diferenciador das tabelas previsto no n.º 1 não poderão passar a praticar a tabela B aquelas empresas que actualmente praticam a tabela A.

Lisboa, 22 de Dezembro de 1983.

Pela Associação Livre dos Industriais de Moagem do Norte e Centro:

(Já não existe.)

Pela Associação dos Industriais de Moagem:

João Manuel Montalvão Martins.

Pela Associação dos Industriais de Moagem do Sul. *(Está inscrita na Federação Portuguesa dos Industriais de Moagem).*

Pela Federação Portuguesa dos Industriais de Moagem:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços:

António José Lourenço Vicente.

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Nacional dos Industriais de Arroz:

João Manuel Montalvão Martins.

Pela Associação Port. dos Ind. de Alimentos Compostos para Animais:

João Manuel Montalvão Martins.

Pela Associação dos Industriais de Massas Alimentícias, Bolachas e Chocolates:

(Assinatura ilegível.)

Depositado em 23 de Janeiro de 1984, a fl. 127 do livro n.º 3, com o n.º 27/84, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519/C1/79.

ACT entre a SECIL-BETÃO — Indústria de Betão, S. A. R. L., e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e outros (alteração salarial e outras) — Integração em níveis de qualificação.

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 121/78, de 2 de Junho, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 490/79, de 19 de Dezembro, a seguir se procede à integração em níveis de qualificação das profissões previstas no ACT aludido em epígrafe, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 24, de 29 de Junho de 1983:

2 — Quadros médios:

2.2 — Técnicos da produção e outros:

Técnico de betão.

3 — Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa:

Chefe de bombagem.

Encarregado de armazém.

Encarregado de fabrico de blocos.

4 — Profissionais altamente qualificados:

4.1 — Administrativos, comércio e outros:

Secretário.

Secretário de gerência ou administração.

4.2 — Produção:

Preparador de trabalho.

Programador de trabalho.

Técnico de electrónica industrial.

5 — Profissionais qualificados:

5.3 — Produção:

Bate-chapa.

Fresador mecânico.

Mecânico (mecânico-auto).

Oficial electricista.

Operador de central de betão.

Operador de máquina de blocos.

Prensador.

Preparador de laboratório.

Serralheiro.

Soldador.

Torneiro mecânico.

5.4 — Outros:

Fiel de armazém.

Motorista (pesados e ligeiros).

6 — Profissionais semiquualificados (especializados):

6.1 — Administrativos:

Ajudante de motorista de pesados.
Telefonista/recepcionista.

6.2 — Produção:

Auxiliar de laboratório.
Condutor-manobrador.
Escolhedor.
Lubrificador.
Operador de *drag-line*.
Preparador auxiliar de laboratório.

7 — Profissionais não qualificados (indiferenciados):

7.2 — Produção:

Auxiliar de fabrico.
Servente.

A — Praticantes e aprendizes:

Ajudante de oficial electricista.
Aprendiz.
Praticante metalúrgico.
Pré-oficial electricista.

CCT entre a ACAP — Assoc. do Comércio Automóvel de Portugal e outras e a Feder. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e outros — Constituição da comissão paritária.

De harmonia com o estipulado na cláusula 134.^a da convenção colectiva de trabalho em epígrafe, inserta no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 39, de 22 de Outubro de 1982, foi constituída pelas entidades signatárias daquela convenção uma comissão paritária com a seguinte composição:

Em representação das associações patronais:

Membros efectivos:

António Pinho da Silva, Filipe de Jesus Rocha e Luís Bernardo Cabral Noronha e Meneses.

Membros suplentes:

Manuel Malhante Zeferino, António Vieira Lopes, Eduardo Caetano Pinto Coutinho,

Manuel Augusto Ascensão Azevedo, Maria Isabel A. M. R. P. Forjaz e Sebastião Tomás Sequeira.

Em representação das associações sindicais:

Membros efectivos:

Álvaro António Branco, José Alberto de Jesus Viana e António José Lourenço Vicente.

Membros suplentes:

Adriano Beijinho Matoso, David Rua de Castro, Mário António Magalhães da Silva, Alberto Campos, Manuel dos Reis Rafael e António Augusto dos Santos Ferreira.